

# Assembléias Setorais – Hoje – 10/06

TRT - às 14h - T1/T-52

**TRE – 15h30min – Hall do Térreo do Tribunal (Coquetel)**  
(servidores do TRE-GO deliberaram ontem suspensão da greve)

## Pressão dos servidores arranca compromisso sobre votação do PCS

O presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara, deputado Alex Canziani [PTB-PR], garantiu na manhã desta quarta-feira [09], aos mais de 300 servidores presentes na sessão da Comissão, que o PL 6613/09 será o primeiro item da pauta da próxima quarta, 16/06. O compromisso do parlamentar foi firmado após a pressão exercida pelos servidores, em greve desde o início de maio e vindos de vários estados, na sessão ocorrida no plenário da Comissão. De acordo com Canziani, o STF tem reafirmado que mantém a defesa da proposta original, sem alteração dos índices de reajuste na tabela do PCS, discutindo, portanto, a possibilidade de um parcelamento.

A deputada Manuela Dávila [PCdoB-RS] apresentou uma proposta de encaminhamento defendendo a votação de seu requerimento para que o PL 6613/09 fosse incluído na pauta do dia e votado pelos deputados presentes. Ao fazer a defesa de sua proposta, a deputada gaúcha lembrou que há pelo menos 30 dias os membros da Comissão de Trabalho já haviam feito o compromisso de votar a revisão

salarial dos servidores, mesmo se o governo não fechasse o acordo com o STF, em torno da previsão orçamentária necessária à implementação do novo PCS.

Outros deputados da base governista discordaram da votação do projeto na sessão. Paulo Rocha [PT-PA] ponderou que é preciso aguardar a finalização das negociações entre o STF e o governo federal. E garantiu, no entanto, em nome da Liderança do Governo, que assim que o acordo for fechado apresentará requerimento de urgência urgentíssima, para que o PL 6613/09 seja votado direto no plenário da Casa, sem passar pelas demais comissões.

Diante desse compromisso, a deputada Manuela Dávila retirou seu requerimento, reivindicando, também, que o projeto seja votado na próxima semana, independente do resultado das negociações entre o governo e o STF. Além disso, ficou acertado, entre os deputados presentes, que nenhum deles apresentará pedido de vista ao projeto. O requerimento de urgência urgentíssima também incluirá o PL 6697/09, que revisa o PCS dos servidores do MPU. (Fenajufe)

## Diretores de tribunais vão ao Planejamento, mas apresentação de proposta é adiada

A reunião entre os diretores-gerais dos tribunais superiores e representantes do Ministério do Planejamento aconteceu, mas não houve avanços na negociação. O Judiciário não teria sequer apresentado proposta alternativa de implementação da revisão do Plano de Cargos e Salários, segundo informou o secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira, aos servidores. Não foi permitida a participação de representantes da federação nacional (Fenajufe) e do Comando Nacional de Greve, como havia sido reivindicado pelos trabalhadores. Segundo a direção do STF, o presidente Cezar Peluso teria dito que seria uma reunião de um 'Poder' com outro 'Poder'.

Cerca de 40 servidores fizeram uma espécie de 'vigília', no início da noite, onde fica o gabinete do ministro, mas ao término da reunião os diretores dos tribunais aparentemente evitaram cruzar com os trabalhadores ao saírem do prédio. Apenas o diretor-geral do Superior Tribunal Militar, Moisés Francisco de Souza, conversou rapidamente com os servidores e disse que o resultado da conversa seria levado pelo secretário-executivo ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. A maioria dos servidores era da delegação de São Paulo, mas havia representantes de Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, entre outros.

Participaram da reunião diretores-gerais dos tribunais superiores e, pelo Planejamento, o secretário-executivo, João Bernardo. A proposta não teria sido apresentada, segundo Amarildo, porque o secretário disse aos diretores-gerais que não estava autorizado a falar em parcelamento, e que iria levar a questão ao ministro Paulo Bernardo. O secretário relatou o resultado da reunião ao diretor do Sintrajud e da Fenafe, Antonio Melquíades, um dos dirigentes designados pelo Comando Nacional de Greve para participar das negociações.

O novo impasse teria levado os diretores-gerais a procurar, logo depois da reunião, o presidente do STF, a quem teria sido feito um relato do que ocorrera. Segundo o secretário de Recursos Humanos, a Presidência do Supremo aguardará o retorno do ministro do Planejamento. Estima-se que a reunião tenha durado pouco mais de uma hora e meia. Participaram os diretores do STF, TST, CJF, CNJ, STM, entre outros. Nesta quinta-feira (10), o Comando Nacional de Greve tentará marcar nova reunião com o diretor-geral do Supremo, para buscar mais detalhes do que ocorreu e cobrar iniciativas que ponham fim ao impasse. Na avaliação de servidores aguardavam o desfecho da negociação, agora é preciso fortalecer ainda mais a greve. Por Hércio Duarte Filho, enviado a Brasília Luta Fenajufe Notícias (Sintrajud)